

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	6
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	7
3.1	Bases de Apresentação.....	7
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	14
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	14
6	Inventários.....	16
7	Rédito.....	16
8	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	16
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	17
10	Imposto sobre o Rendimento.....	17
11	Benefícios dos empregados.....	17
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	18
13	Outras Informações.....	18
13.1	Investimentos Financeiros.....	18
13.2	Clientes e Utentes.....	18
13.3	Diferimentos.....	19
13.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	19
13.5	Fundos Patrimoniais.....	20
13.6	Fornecedores.....	20
13.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	20
13.8	Outras Contas a Pagar.....	21
13.9	Subsídios, doações e legados à exploração.....	21
13.10	Fornecimentos e serviços externos.....	22
13.11	Outros rendimentos e ganhos.....	22
13.12	Outros gastos e perdas.....	22
13.13	Resultados Financeiros.....	22
13.14	Acontecimentos após data de Balanço.....	23

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - BALANÇO

Anexo em 31 de Dezembro de 2018

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ASE BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Ativo	Nº/31	Data	
			31-12-2018	31-12-2017
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5		7.414,50	12.811,62
Investimentos financeiros	13.1		3.708,89	2.258,20
			11.123,39	15.070,32
Ativo corrente				
Investimentos	6		1.009,78	1.517,81
Clientes	13.2			
Adiantamentos a fornecedores	13.3		7.782,21	9.135,35
Estado e outros Entes Públicos	13.8			
Fundadores/beneficiários/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.4			384,19
Outras contas a receber				
Diferimentos				
Outros Ativos financeiros				
Caixa e depósitos bancários	13.5		4.928,12	6.006,50
			13.720,11	11.643,85
Total do Ativo			24.843,50	26.714,17
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	13.6		149.214,16	149.214,16
Excedentes técnicos				
Reservas	13.6		(251.741,06)	(217.662,74)
Resultados transitados				
Excedente de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Resultado líquido do período	13.6		1.651,05	(24.092,64)
Total do fundo do capital			(100.915,85)	(92.541,22)
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões				
Provisões específicas				
Financiamentos obtidos				
Outras contas a pagar				
Passivo corrente				
Fornecedores	13.7		45.653,61	44.752,49
Adiantamentos de clientes				
Estado e outros Entes Públicos	13.8		8.523,11	9.167,19
Fundadores/beneficiários/patrocinadores/doadores/associados/membros				
Financiamentos obtidos				
Acréscimos				
Outras contas a pagar	13.9		71.582,63	65.315,61
Outros passivos financeiros				
			125.759,35	119.255,30
Total do passivo			125.759,35	119.255,39
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			24.843,50	26.714,17

USBOA, 1 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Associação de Assistência Social Evangélica ASE
Rua Engenheiro Cunha Leal, 549 Zona J de Chelas
1150-111 Lisboa
NIF: 504 613 510

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Anexo em 31 de Dezembro de 2018

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ASE DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Nº/31	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	9	509.095,69	480.288,07
Suportados, doações e legados a exploração	11	97.893,33	96.501,75
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	8		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(209.038,52)	(172.108,82)
Fornecimentos e serviços externos	14	(418.102,22)	(438.526,94)
Gastos com o pessoal			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos			
Outros gastos e perdas			
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		7.076,87	(18.169,20)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4	(5.397,12)	(5.923,44)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	30	(28,70)	
Resultados antes de impostos		1.651,05	(24.092,64)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		1.651,05	(24.092,64)

USBOA, 1 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Associação de Assistência Social Evangélica ASE
Rua Engenheiro Cunha Leal, 549 Zona J de Chelas
1150-111 Lisboa
NIF: 504 613 510

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DEM. FLUXOS DE CAIXA

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ASE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	Ndas	
	2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais – método directo		
Recebimentos de clientes e utentes	509 059,69	487 866,83
Pagamentos de subsídios		
Pagamentos de apoios	- 1 409,15	24 309,59
Pagamentos de bolsas	438 499,61	438 499,61
Pagamentos a fornecedores		
Pagamentos ao pessoal		
	71 969,23	20 087,63
Caixa gerada pelas operações	-76 576,43	124,13
Outros recebimentos/pagamentos		
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-4 607,20	20 211,76
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis	1 450,19	1 203,53
Investimentos financeiros		
Outros Ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros Ativos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Diversos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-1 450,19	-1 203,53
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Juros obtidos		
Realizações de Juntado		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	28,70	
Juros e gastos similares		
Dividendos	10 407,71	22 020,00
Reduções do Juntado		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	10 379,01	22 020,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4 321,62	3 011,27
Estado das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	606,50	3 618,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 928,12	606,50

LISBOA, 1 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Associação de Assistência Social Evangélica ASF
Rua Engenheiro Cunha Leal, 549 Zona 1 de Chelas
1150-111 Lisboa
NIF: 504 613 510

1 Identificação da Entidade

A "Associação de Assistência Social Evangélica ASF" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Associação" com estatutos publicados no Diário da República n.º 11, Série III, DE 14/01/2000, com sede em Rua Engenheiro Cunha Leal, Lote 549, Zona 1 de Chelas em Lisboa.

Tem como actividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Lar de idosos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo – NCRF-ESNL, de acordo com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do crescimento, tendo como principal base de mensuração o custo histórico

As demonstrações financeiras encontram-se apresentadas à moeda de Euro e arredondadas a unidade.

Associação de Assistência Social Evangélica ASF
Rua Engenheiro Cunha Leal, 549 Zona 1 de Chelas
1150-111 Lisboa
NIF: 504 613 510

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada a informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas

demonstrações financeiras influenciariam. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	5 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de investimento.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados:

- ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade;
- ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.2.6 Inventários

Os "inventários" estão registados ao pormenor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.2.7 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de preteritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispendios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.11 Dívidas ao Estado e à Segurança Social:

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Informa-se que a Entidade à data de encerramento das contas do período de 2014 tem a sua situação "regularizada" perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ou

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

5 Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2017

QUADRO I

Custo	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	99 574,98	-	-	-	-	99 574,98
Equipamento básico	22 850,90	-	-	-	-	22 850,90
Equipamento de transporte	19 264,71	-	-	-	-	19 264,71
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	8 665,27	-	-	-	-	8 665,27
Outros Ativos fixos tangíveis	66 859,03	-	-	-	-	66 859,03
Total	217 214,89	-	-	-	-	217 214,89
Depreciações acumuladas:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	83 927,60	-	-	-	-	83 927,60
Equipamento básico	22 850,90	-	-	-	-	22 850,90
Equipamento de transporte	19 264,71	-	-	-	-	19 264,71
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	8 665,27	-	-	-	-	8 665,27
Outros Ativos fixos tangíveis	63 771,35	-	-	-	-	63 771,35
Total	198 479,83	-	-	-	-	198 479,83

QUADRO II

31 de Dezembro de 2018

Custo	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	99 574,98	-	-	-	-	99 574,98
Equipamento básico	22 850,90	-	-	-	-	22 850,90
Equipamento de transporte	19 264,71	-	-	-	-	19 264,71
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	8 665,27	-	-	-	-	8 665,27
Outros Ativos fixos tangíveis	66 859,03	-	-	-	-	66 859,03
Total	217 214,89	-	-	-	-	217 214,89
Depreciações acumuladas:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	83 927,60	-	-	-	-	83 927,60
Equipamento básico	22 850,90	-	-	-	-	22 850,90
Equipamento de transporte	19 264,71	-	-	-	-	19 264,71
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	8 665,27	-	-	-	-	8 665,27
Outros Ativos fixos tangíveis	64 848,73	-	-	-	-	64 848,73
Total	199 556,71	-	-	-	-	209 800,39

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Investido em 01-Jan-2017	Compras regulares	Revalorizações	Investido em 31-Dez-2017	Compras regulares	Revalorizações	Investido em 31-Dez-2018
Material de papel, plástico, vidro e de couro	1 242,50	(233,79)	-	1.517,42	-	-	1.609,74
Produtos químicos e materiais de laboratório	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e materiais de limpeza	-	-	-	-	-	-	-
Total	1 242,50	(233,79)	-	1.517,42	-	-	1.609,74

Saldo das revalorizações em 31-Dez-2017 e 31-Dez-2018 em contabilidade

7 Réditos

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	509 095,69	480 288,07
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jólis	1 327,00	1 000,00
Promoções para captação de recursos	22 994,62	12 142,73
Rendimentos de patrocinadores e colaboradores	-	-
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	533 417,31	493 430,80

8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2018 e 2017, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2017	Aumentos	Diminuições	2018
Impostos	-	-	-	-
Garantias a clientes	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	-	-	-	-
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-
Materias ambientais	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-
Restituição	-	-	-	-
Outras provisões	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Provisões específicas do sector

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Instituto de Segurança Social, IP":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo	95 893,33	96 501,75
IEFP	-	-
ISS - IP	95 893,33	96 501,75
	-	-
Total	95 893,33	96 501,75

Descrição	2018	2017
Subsídios de outras entidades	-	-
SCML	86 366,15	94 084,55
Heranças	-	-
Legados	-	-
	-	-
Total	86 366,15	94 084,55

10 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Imposto sobre o Rendimento	2018	2017
IRCC liquidado	-	-
Tributação Autónoma	-	-
Total	-	-

11 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de "38" e em 31/12/2017 foi de "40".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	335 792,48	354 813,16
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	74 165,86	79 062,92
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 100,90	4 102,85
Gastos de Acção Social	-	548,01
Outros Gastos com o Pessoal	2 042,98	-
Total	418 102,22	438 526,94

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	-	-
Outros Métodos	3 708,89	2 258,70
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	-	-

13.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	(6 001,91)	(302,16)
Clientes	-	-
Utentes	(6 001,91)	(302,16)
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	(6 001,91)	(302,16)

13.3 Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outras Contas a Receber" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	-	120,00
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	-	120,00

13.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer	-	384,19
Seguros	-	384,19
Rendimentos a reconhecer	-	-
Total	-	-

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	35,400	190,12
Depósitos à ordem	4 374,12	216,38
Depósitos a prazo	200,00	200,00
Outros	-	-
Total	4 928,12	606,50

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dec-2018
Fundos	149 214,16	-	-	149 214,16
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transferidos	(217 662,74)	-	(34 118,32)	(251 781,06)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	1 651,05	1 651,05
Total	(68 448,58)	-	(32 467,27)	(100 915,85)

Os fundos patrimoniais tiveram uma redução adicional, com impacto nos resultados transferidos, no montante de **10 025,68€**, resultante de ajustamentos nos saldos dos utentes, referentes a exercícios anteriores.

13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	45 653,61	44 752,49
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	45 653,61	44 752,49

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7 782,21	9 135,35
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	7 782,21	9 135,35
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 274,00	1 273,00
Segurança Social	7 008,69	7 944,29
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	8 282,69	9 167,29

13.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	760,45	-	-
Remunerações a pagar	-	249,80	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	510,65	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	48 920,00	-	48 920,00
Outros credores	-	1 690,68	-	4 703,00
Total	-	50 610,68	-	54 383,45

13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações,

heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo	95 893,33	96 501,75
IEFP	-	-
ISS - IP	95 893,33	96 501,75
Total	95 893,33	96 501,75

Descrição	2018	2017
Subsídios de outras entidades	86 366,15	94 084,55
SCMIL	-	-
Heranças	-	-
Legados	-	-
Total	86 366,15	94 084,55

13.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Subcontratos	90 100,79	64 572,49	-	-
Serviços especializados	44 660,75	30 974,83	-	-
Materiais	5 471,37	6 243,82	-	-
Energia e fluidos	30 758,71	36 299,09	-	-
Deslocações, estadas e transportes	1 386,67	934,39	-	-
Serviços diversos (*)	-	-	-	-
Rendas e Aluguéis	7 081,35	7 039,42	-	-
Comunicação	2 687,00	4 023,17	-	-
Seguros	1 520,76	1 813,62	-	-
Limpeza Higiene e Conforto	22 797,85	18 758,52	-	-
Despesas de Representação	87,70	1 061,64	-	-
Outros	2 985,57	387,83	-	-
Total	209 038,52	172 108,82	-	-

13.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	23 874,61	13 142,73
Descontos de pronto pagamento obtidos	447,01	385,59
Outros rendimentos e ganhos	3 215,18	5 953,65
Total	27 536,80	19 481,97

13.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	176,31	24,32
Outros Gastos e Perdas	131,90	3 780,91
Total	308,21	3 805,23

13.14 Resultados financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados	28,70	-
Juros suportados	-	-
Total	28,70	-
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(28,70)	-

13.15 Acontecimentos após data de Balanço

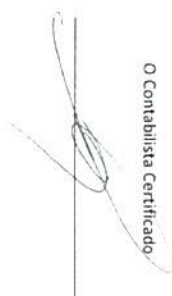
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e Assembleia Geral em 14/04/2019.

Lisboa, 14 de abril de 2019

O Contabilista Certificado



A Direção

